



ALGORITMIZAÇÃO DA SOCIEDADE E SENTIDO DA VIDA

ALGORITHMIZATION OF SOCIETY AND THE MEANING OF LIFE

ALGORITMIZACIÓN DE LA SOCIEDAD Y EL SENTIDO DE LA VIDA

 Tatiana Cristina Vasconcelos ¹

 Joselito Santos ²

 Luciano Frontino de Medeiros ³

1. Doutorado em Educação (UERJ). Docente da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: tatianavasconcelos@sevidor.uepb.edu.br
2. Doutorado em Ciências Sociais (UFRN). Docente da UNIFIP. E-mail: jslito2012@gmail.com
3. Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Professor permanente do PPGENT - UNINTER e líder do Grupo de Pesquisa em Inteligência Artificial Aplicada à Educação (GIAAE). E-mail: luciano.me@uninter.com

RESUMO: Este artigo problematiza a algoritmização da vida na sociedade contemporânea, compreendendo-a como racionalidade estruturante do capitalismo digital que reorganiza práticas sociais, formas de poder e modos de subjetivação. A partir do diálogo com autores como Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Byung-Chul Han, discute-se, com base na governamentalidade algorítmica e na psicopolítica como dispositivos digitais modulam comportamentos, produzem subjetividades e deslocam a experiência humana para a lógica da visibilidade e da performance. Em contraponto, mobiliza-se a Logoterapia e a Análise Existencial de Viktor Frankl para problematizar os efeitos dessa racionalidade sobre o vazio existencial e o sentido da vida. Sustenta-se que a tecnologia não constitui, em si, o núcleo do problema, mas os modos de responder diante dela. Conclui-se que a redescoberta da consciência, da responsabilidade e da autotranscendência é condição essencial para que a vida em uma sociedade algoritmizada se configure como campo de realização de sentido, e não de aprofundamento do vazio existencial.

Keywords: Algoritmização da sociedade; Logoterapia e a Análise Existencial; Sentido da Vida.

ABSTRACT: This article problematizes the algorithmization of life in contemporary society, understanding it as a structuring rationality of digital capitalism that reorganizes social practices, forms of power, and modes of subjectivation. Through dialogue with authors such as Antoinette Rouvroy, Thomas Berns, and Byung-Chul Han, it discusses, based on algorithmic governance and psychopolitics, how digital devices modulate behaviors, produce subjectivities, and shift human experience towards the logic of visibility and performance. In contrast, it mobilizes Logotherapy and Viktor Frankl's Existential Analysis to problematize the effects of this rationality on existential emptiness and the meaning of life. It argues that technology itself does not constitute the core of the problem, but rather the ways of responding to it. It concludes that the rediscovery of consciousness, responsibility, and self-transcendence is an essential condition for life in an algorithmized society to be configured as a field of meaning-making, and not of deepening existential emptiness.

Keywords: Algorithmization of society; Logotherapy and Existential Analysis; Meaning of Life.

RESUMEN: Este artículo problematiza la algoritmización de la vida en la sociedad contemporánea, entendiéndola como una racionalidad estructurante del capitalismo digital que reorganiza las prácticas sociales, las formas de poder y los modos de subjetivación. A través del diálogo con autores como Antoinette Rouvroy, Thomas Berns y Byung-Chul Han, analiza, desde la gobernanza algorítmica y la psicopolítica, cómo los dispositivos digitales modulan comportamientos, producen subjetividades y orientan la experiencia humana hacia la lógica de la visibilidad y el rendimiento. En contraste, recurre a la logoterapia y al análisis existencial de Viktor Frankl para problematizar los efectos de esta racionalidad en el vacío existencial y el sentido de la vida. Argumenta que la tecnología en sí misma no constituye el núcleo del problema, sino las formas de responder a él. Concluye que el redescubrimiento de la conciencia, la responsabilidad y la autotranscendencia es una condición esencial para que la vida en una sociedad algorítmica se configure como un campo de construcción de significado, y no de profundización del vacío existencial.

Palabras-clave: Algoritmización de la sociedad; Logoterapia y Análisis Existencial; Sentido de la Vida.

Recebido em: 02/03/2026

Aprovado em: 16/03/2026



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por profundas transformações decorrentes da expansão das tecnologias digitais e da consolidação de uma cultura em rede altamente massificada. As formas de comunicação, sociabilidade, trabalho e construção da identidade passaram a ocorrer, em grande parte, mediadas por dispositivos tecnológicos, redes sociais e ambientes virtuais. Esse novo cenário redefine experiências humanas fundamentais, produzindo grandes impactos na maneira como as pessoas percebem a si mesmos, aos outros e ao mundo.

Embora os avanços tecnológicos tenham ampliado possibilidades de acesso à informação, expressão e interação, observa-se, simultaneamente, o crescimento de fenômenos como solidão, esvaziamento existencial, ansiedade e sofrimento psíquico. Paradoxalmente, a ampliação das conexões não tem garantido experiências autênticas de encontro, pertencimento e realização pessoal. Esse paradoxo evidencia que o desenvolvimento técnico, quando dissociado de uma reflexão ética e existencial, pode intensificar o sentimento de vazio e desorientação, em vez de promover plenitude humana.

A Logoterapia e Análise Existencial, desenvolvida por Viktor Emil Frankl (1978; 1989; 2011; 2015; 2022), oferece um referencial teórico fecundo para a compreensão desses fenômenos. Fundamentada na ideia de que a motivação primária do ser humano é a vontade de sentido, essa abordagem existencial parte do pressuposto de que a realização humana não se reduz à satisfação de impulsos ou à conquista de poder, mas se concretiza na resposta responsável às exigências singulares da vida. Ao enfatizar conceitos como liberdade da vontade, vontade de sentido e autotranscendência, a Logoterapia e Análise Existencial possibilitam uma leitura crítica dos desafios existenciais próprios da sociedade digital.

Além de dialogar com Frankl (1978; 2022), buscaremos retomar o que autores contemporâneos vinculados à tradição logoterapêutica, como Elisabeth Lukas e Alexander Batthyány, têm destacado sobre a atualidade do pensamento frankliano frente às condições da cultura digital. Lukas (1989) alerta que o excesso de estímulos, escolhas e informações pode fragilizar a capacidade de discernimento existencial, dificultando a identificação do que é sentido da vida. Batthyány e Lukas (2022), por sua vez, ressaltam que a substituição do sentido por formas simbólicas de compensação, como reconhecimento social, desempenho ou validação externa como temos vivenciado nas diversas redes sociais, não resolve o sofrimento existencial, apenas o mascara.

A relevância deste estudo consiste na contribuição teórico-crítica que oferece aos campos da Psicologia, da Educação e das Ciências Humanas, ao promover uma análise existencial aprofundada acerca dos modos contemporâneos de viver, relacionar-se e realizar sentido da vida em um contexto histórico caracterizado pela crescente algoritmização das práticas sociais, das subjetividades e das experiências humanas. Assim, buscamos iniciar um diálogo com o objetivo de compreender os processos de algoritmização da vida no contexto do vazio existencial e da realização de sentido.

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise conceitual. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas sobre cultura digital, governança algorítmica e subjetividade na sociedade em rede, bem como textos fundamentais da Logoterapia e da Análise Existencial de Viktor Frankl. A escolha das fontes considerou critérios de relevância acadêmica e contribuição para a análise das relações entre algoritmização da vida, vazio existencial e busca de sentido.

Algoritmização na sociedade contemporânea

A compreensão da formação humana na contemporaneidade exige, inicialmente, situá-la no interior daquilo que Manuel Castells (1996) denominou sociedade em rede, pois consideramos que a revolução das tecnologias da informação não produziu apenas novas ferramentas comunicacionais, mas uma transformação estrutural na organização social, econômica e cultural, marcada pela centralidade dos fluxos informacionais e pela interconectividade global. Na sociedade em rede, o poder, a produção e a construção de sentido passam a operar por meio de redes digitais que articulam sujeitos, instituições e mercados em tempo real, configurando um “espaço de fluxos” que redefine identidades, práticas sociais e processos de socialização. Uma multiplicidade de teóricos e pesquisas vem sendo desenvolvidas nas últimas três décadas com diferentes abordagens e visões sobre os impactos da cultura digital na vida humana presente e futura. O que se assume é que a sociedade contemporânea se encontra profundamente atravessada pela presença dos algoritmos, em especial da Inteligência Artificial (IA), cuja expansão redefine práticas sociais, econômicas, educacionais e cognitivas.

Considerando nossa atuação em específico, a inserção da IA no campo educacional não pode ser compreendida como mera inovação instrumental, mas como reconfiguração estrutural das dinâmicas de ensinar e aprender. Conforme Lazaro e Medeiros (2023), a IA potencializa processos de personalização do ensino, por meio da análise de dados de desempenho, da adaptação de conteúdos e da oferta de feedback imediato, podendo contribuir para a redução de lacunas de aprendizagem e para o fortalecimento da autonomia discente. Ademais, sistemas inteligentes podem apoiar a gestão pedagógica, identificar padrões de dificuldade e subsidiar intervenções mais precisas, ampliando as possibilidades de acompanhamento formativo.

Todavia, tais potencialidades coexistem com desafios éticos, políticos e epistemológicos significativos. Ainda segundo Lazaro e Medeiros (2023) a coleta massiva de dados educacionais suscita preocupações relativas à privacidade, à segurança da informação e ao uso comercial de dados sensíveis, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes. Soma-se a isso o problema do viés algorítmico e da opacidade decisional, que pode reproduzir desigualdades estruturais sob a aparência de neutralidade técnica. Nesse sentido, a adoção da IA exige infraestrutura tecnológica também formação docente crítica, regulamentação adequada e incorporação explícita de valores humanos e sociais ao desenho das soluções educacionais. A tecnologia, portanto, não substitui a mediação pedagógica; ao contrário, intensifica a responsabilidade ética da escola na formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de compreender e interpelar os sistemas inteligentes que passam a compor seu cotidiano formativo.

A intensificação do uso de algoritmos e da análise massiva de dados na gestão social inaugura uma nova configuração do poder no contexto da sociedade digital (Pinto, 2022). Nesse cenário, destaca-se a contribuição teórica de Antoinette Rouvroy, jurista e filósofa belga que desenvolveu, juntamente com Thomas Bern, o conceito de governamentalidade algorítmica, formulado em diálogo crítico com Michel Foucault¹. A autora argumenta que os regimes contemporâneos de poder não operam apenas por meio de instituições disciplinares ou dispositivos biopolíticos clássicos, mas por meio da captura, processamento e modelização contínua de dados comportamentais.

Segundo Rouvroy e Berns (2013, p. 166), a governamentalidade algorítmica pode ser definida como: “uma racionalidade de governo que se baseia na coleta massiva de dados, no tratamento estatístico desses dados e na modelização preditiva dos comportamentos”. Diferentemente do poder disciplinar, que

¹ A noção de governamentalidade, desenvolvida por Michel Foucault nos cursos do Collège de France, especialmente em *O nascimento da biopolítica* (1978–1979), designa as racionalidades e técnicas por meio das quais se conduz a conduta dos indivíduos e das populações. Resultante da articulação entre governo e mentalidade, o conceito abrange tanto o governo de si quanto o governo dos outros, indicando que governar consiste em estruturar o campo de possibilidades de ação.

se apoiava na individualização e na vigilância visível, a governamentalidade algorítmica opera de maneira difusa e automatizada. O foco desloca-se da norma jurídica explícita para a produção de regularidades probabilísticas. Um dos argumentos centrais é que os sistemas algorítmicos produzem uma forma de normatividade que não se apresenta como regra explícita: “A governamentalidade algorítmica não formula normas, mas produz normalidades” (Rouvroy; Berns, 2013, p. 170). Essa distinção é fundamental. A norma tradicional pressupõe uma prescrição consciente, enunciada juridicamente.

Já a normalidade algorítmica emerge da análise estatística de grandes volumes de dados, identificando padrões e probabilidades. Desse modo, o poder digital não impõe diretamente comportamentos; ele organiza condições de possibilidade, classificando sujeitos em perfis probabilísticos e antecipando suas ações. Para Rouvroy (2013), o poder algorítmico não se dirige ao sujeito enquanto indivíduo reflexivo, mas aos seus dados fragmentados. Trata-se de um governo do “dividual”, conceito que ecoa Deleuze. A autora sustenta que “O indivíduo concreto é substituído por um conjunto de traços estatísticos que permitem antecipar condutas futuras” (p. 158). Essa desindividualização implica uma forma de poder que prescinde da interpretação subjetiva. O algoritmo não busca compreender intenções; ele calcula probabilidades.

Outro aspecto central da governamentalidade algorítmica é a lógica preditiva. O objetivo não é reagir a comportamentos já ocorridos, mas antecipá-los. Assim, a governamentalidade algorítmica opera por antecipação, modulando o real antes mesmo que ele aconteça. Essa antecipação constitui uma forma de poder preventivo. Ela reorganiza decisões econômicas, políticas e sociais com base em modelos preditivos. As implicações políticas desse modelo são importantes de serem problematizadas pois, ao substituir a deliberação por cálculo estatístico, a governamentalidade algorítmica tende a enfraquecer o espaço público. Nas palavras de Rouvroy (2016) “A automatização das decisões públicas ameaça deslocar o debate democrático para o interior de sistemas técnicos opacos” (p. 9). O problema não é apenas a vigilância, mas a opacidade² estrutural dos algoritmos e a dificuldade de contestação das classificações produzidas. Assim, a governamentalidade algorítmica está profundamente articulada à racionalidade neoliberal. A gestão baseada em dados intensifica a lógica de performance, avaliação e otimização contínua. Nesse contexto, o poder digital não reprime; ele modula. Ele não proíbe; ele direciona probabilidades. A subjetividade contemporânea passa a ser governada por métricas invisíveis, em um ambiente de permanente avaliação algorítmica.

Abordagem semelhante sobre a presença dos algoritmos na sociedade contemporânea é apresentada por Byung-Chul Han. Filósofo sul-coreano radicado na Alemanha, Han tornou-se uma das principais referências críticas para a compreensão da sociedade digital contemporânea, ao propor que o poder no capitalismo digital se desloca do modelo disciplinar para um regime que atua sobre a psique, por meio da sedução, da autoexploração e da transparência totalizante.

Em “Psicopolítica”, Han argumenta que o poder contemporâneo já não opera prioritariamente por repressão externa, mas por internalização voluntária. Ele afirma: “O neoliberalismo transforma o explorado em explorador de si mesmo” (Han, 2018, p. 17). A diferença crucial em relação ao modelo disciplinar foucaultiano está na natureza da coerção. Se a disciplina impunha limites e proibições, a psicopolítica estimula desempenho, produtividade e exposição voluntária. E acrescenta “O poder inteligente não é repressivo. Ele seduz” (Han, 2018, p. 21). Essa sedução é viabilizada pelas tecnologias digitais, que capturam dados comportamentais e os convertem em instrumentos de controle psicológico.

² Condição constitutiva dos sistemas algorítmicos contemporâneos, cuja arquitetura técnica, lógica de processamento e critérios classificatórios permanecem inacessíveis ao escrutínio público. Não se trata apenas de ausência de transparência informacional, mas de uma assimetria epistêmica e política incorporada ao próprio desenho das plataformas digitais.

Han (2018) destaca que na sociedade contemporânea existe a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho. Nessa configuração, o sujeito não se percebe como oprimido, mas como empreendedor de si. Ele observa: “O sujeito do desempenho explora a si mesmo até o esgotamento” (Han, 2018, p. 24). A liberdade neoliberal torna-se paradoxal: quanto mais liberdade formal, maior a pressão por performance. A exploração não é imposta por um outro identificável, mas interiorizada.

Nesse sentido, a psicopolítica encontra no ambiente digital sua forma privilegiada de operação, tendo em vista que “o *Big Data* inaugura uma nova fase do controle, pois anuncia o fim da teoria e permite uma análise puramente correlativa” (Han, 2018, p. 55). A análise algorítmica substitui a interpretação crítica. O comportamento humano passa a ser previsto por correlações estatísticas. Nesse contexto, o poder digital não precisa compreender o sujeito; basta calcular suas probabilidades de ação. Ademais, Han (2014) propõe que as redes sociais não configuram uma nova “massa” no sentido clássico, mas um enxame digital, caracterizado pela fragmentação e pela ausência de unidade simbólica. Diferentemente das massas analisadas por Le Bon ou Freud, organizadas por liderança, identificação e coesão simbólica, o enxame opera como agregação dispersa de vozes que reagem instantaneamente a estímulos. Trata-se de uma coletividade sem interioridade comum, movida por impulsos momentâneos, o que impacta diretamente a esfera política.

Han observa que “a comunicação digital favorece a indignação e o escândalo, mas não a ação política consistente” (Han, 2014, p. 33). A política converte-se, assim, em reação imediata, marcada por surtos de visibilidade e ondas de opinião que rapidamente se dissipam. A temporalidade acelerada das redes privilegia o afeto instantâneo em detrimento da reflexão deliberativa. Nesse cenário, a participação política tende a reduzir-se a manifestações episódicas, mediadas por curtidas, compartilhamentos e comentários, que produzem sensação de engajamento sem necessariamente gerar transformação estrutural.

Paralelamente, Han desenvolve o conceito de hipertransparência, aprofundado em “A Sociedade da Transparência”. Para o filósofo, “a sociedade da transparência é uma sociedade da positividade” (Han, 2017, p. 12). A exigência de exposição constante elimina a negatividade, entendida como espaço de silêncio, ambiguidade e interioridade. O sujeito digital é impelido a tornar-se visível, a compartilhar experiências, opiniões e emoções de forma contínua. A transparência, apresentada como valor democrático, converte-se em mecanismo de padronização e controle simbólico. A visibilidade torna-se critério de existência social. Essa dinâmica implica uma transformação na própria lógica do poder. Em *Psicopolítica*, Han (2018) argumenta que o neoliberalismo inaugura uma forma mais sofisticada de dominação, que não atua pela repressão externa, mas pela internalização voluntária de expectativas de desempenho e exposição. Ele afirma: “a psicopolítica é mais eficiente que a biopolítica porque intervém na própria psique” (Han, 2018, p. 63). O poder contemporâneo opera na dimensão afetiva e cognitiva, modulando desejos, emoções e impulsos. Não se trata de proibir, mas de estimular; não de vigiar coercitivamente, mas de induzir comportamentos por meio de reconhecimento e recompensa simbólica.

As redes sociais configuram verdadeiros laboratórios de produção de subjetividade. Likes, seguidores e métricas de engajamento funcionam como dispositivos de validação que reforçam comportamentos alinhados à lógica da visibilidade e da performance. A vigilância torna-se participativa: os indivíduos oferecem voluntariamente seus dados, imagens e opiniões, alimentando sistemas algorítmicos que organizam a experiência digital. O controle é exercido com consentimento ativo, pois o sujeito acredita agir livremente enquanto reproduz padrões previamente modulados.

Pode-se sustentar que o diagnóstico de Han revela um paradoxo central da sociedade digital: quanto maior a conectividade, maior a fragmentação; quanto maior a transparência, menor a interioridade; quanto maior a liberdade formal de expressão, mais sofisticada a gestão psicopolítica das condutas. O enxame digital não produz, necessariamente, comunidade política, mas agregações efêmeras movidas por estímulos

afetivos. A hipertransparência não fortalece automaticamente a democracia, podendo esvaziar espaços de reflexão crítica. A psicopolítica, por sua vez, redefine o poder como sedução e autoexploração. As análises de Han oferece instrumentos fundamentais para compreender a configuração contemporânea das redes sociais como dispositivos de modulação subjetiva. Entre indignação instantânea e exposição compulsória, a sociedade digital desafia a reconstrução de espaços de interioridade, crítica e ação política consistente. A superação do modelo do enxame exige regulação tecnológica e reconfiguração ética da relação entre visibilidade, liberdade e responsabilidade na esfera pública digital.

No artigo “Redes sociais como modelo de governança algorítmica”, Castro (2018, p. 166), com a “intenção de mostrar como as redes sociais funcionam como modelo de governo dos outros, relacionando seu *modus operandi* com variantes afins de gestão do social na contemporaneidade”, recorre ao conceito de governança algorítmica, sistematizando três dimensões articuladas que permitem compreender a reconfiguração contemporânea do poder no ambiente digital. Sua formulação indica que há muito mais do que uma inovação tecnológica, pois existe uma transformação estrutural nas formas de exercício do poder, não limitado ao Estado, que se distribui em plataformas privadas, corporações tecnológicas e infraestruturas digitais. Com base nas suas ideias, elaboramos o quadro a seguir que sistematiza as 3 dimensões apontadas pelo autor.

Quadro 1: Dimensões da Governança Algorítmica (Castro, 2018).

DIMENSÃO	CARACTERIZAÇÃO GERAL
Relacional	<ul style="list-style-type: none"> - Fragmentação do indivíduo em traços digitais (dividualização) e organização das interações por meio de grafos e bancos de dados em rede. • O indivíduo é decomposto em metadados e vestígios digitais. • As relações tornam-se mais relevantes que os próprios sujeitos. • Estrutura baseada em grafos (nós e conexões). • Recombinação contínua de traços em múltiplos perfis. • Substituição da unidade individual pela lógica relacional.
Vetorial	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação probabilística das relações por meio da predição e gestão do risco, baseada em <i>Big Data</i> e análise algorítmica. • Captura de tendências e projeções futuras. • Conversão da incerteza em risco mensurável. • Lógica alinhada ao <i>homo oeconomicus</i> neoliberal. • Inferência de padrões a partir do comportamento passado. • Organização da visibilidade e da circulação de conteúdos.
Agenciadora	<ul style="list-style-type: none"> - Modulação indireta das condutas por meio da reorganização das condições de possibilidade e amplificação de afinidades. • Governo dos efeitos e não das causas. • Personalização de feeds e direcionamento de conteúdos. • Formação de bolhas de filtro. • Amplificação de afinidades e contenção de diferenças. • Produção de polarização e intensificação de antagonismos.

Fonte: Castro (2018).

Conforme apresentado, a dimensão relacional refere-se à fragmentação do indivíduo em traços digitais, organizados em grafos nos quais as conexões tornam-se mais relevantes que os próprios sujeitos, instaurando uma lógica de perfilização e recombinação contínua de dados. A dimensão vetorial, por sua vez, introduz a orientação preditiva das relações, pois, como afirma o autor, “tais relações são orientadas, captando tendências e embutindo projeções sobre o futuro” (Castro, 2018, p. 165), convertendo incerteza em risco mensurável e alinhando-se à racionalidade neoliberal do *homo oeconomicus*. Por fim, a dimensão agenciadora evidencia a modulação indireta das condutas, na medida em que o algoritmo reorganiza as condições de possibilidade da experiência social, personaliza conteúdos e favorece a formação de bolhas de filtro, intensificando afinidades e antagonismos. Conjugadas, essas três dimensões revelam que a

governança algorítmica organiza dados e produz subjetividades e orienta práticas sociais em consonância com a lógica neoliberal contemporânea.

Do ponto de vista antropológico-existencial, essa fragmentação do indivíduo em metadados suscita uma tensão significativa quando confrontada com a concepção de pessoa presente na Logoterapia e na Análise Existencial de Viktor Frankl. Conforme a antropologia dimensional frankliana, o ser humano constitui uma unidade bio-psico-noética, na qual a dimensão espiritual (noética) garante a irreducibilidade da pessoa a quaisquer de suas determinações parciais. Ao decompor o sujeito em traços digitais correlacionáveis, como preferências, padrões de consumo, interações e comportamentos registrados, a lógica algorítmica tende a operar uma redução epistemológica da pessoa àquilo que é mensurável e previsível. Nessa perspectiva, a interioridade, a liberdade e a capacidade de autotranscendência deixam de aparecer como dimensões constitutivas da existência, sendo substituídas por perfis probabilísticos derivados da análise de dados. Tal processo reorganiza a representação do indivíduo no ambiente digital e pode produzir uma forma de compreensão do humano na qual a singularidade espiritual da pessoa é obscurecida pela lógica estatística da perfilização. Assim, a dimensão relacional da governança algorítmica, ao privilegiar conexões e vestígios digitais em detrimento da unidade da pessoa, tensiona diretamente a concepção frankliana de sujeito como totalidade indivisível e portadora de dignidade espiritual.

Neste texto, desejamos levar o leitor a perceber que a algoritmização da sociedade tem se tornado na algoritmização da vida contemporânea, na qual dinâmicas sociais, relações afetivas, decisões políticas e práticas cotidianas passam a ser mediadas por sistemas algorítmicos estruturados a partir do *Big Data*. Como aponta Gonçalves (2020), os dispositivos digitais “desenvolvem uma modulação da experiência humana”, operando como ferramentas técnicas e como dispositivos de organização e direcionamento das condutas. A algoritmização vai além da esfera tecnológica, constituindo uma racionalidade que atravessa a produção de subjetividades e redefine os modos de existir na sociedade digital. A algoritmização da vida intensifica a fragmentação de dados, convertendo ações, preferências e interações em cifras e padrões estatísticos capazes de antecipar comportamentos. Entretanto, a análise não pode deter-se apenas no controle informacional. O estágio atual do capitalismo digital, como argumenta Gonçalves (2020), aponta para uma transição em direção à sociedade de desempenho descrita por Byung-Chul Han. Nessa configuração, o sujeito não percebe que é dominado, mas como agente autônomo que participa ativamente da produção de dados. O usuário das plataformas digitais torna-se, simultaneamente, consumidor e produtor de informação, integrando voluntariamente um sistema que explora sua atenção, seus afetos e sua criatividade.

A algoritmização da vida opera também como forma sofisticada de captura econômica, na qual o que está em jogo é a vigilância e a conversão da experiência humana em ativo econômico. Nesse cenário, os sujeitos tornam-se mão de obra digital, contribuindo continuamente para a retroalimentação dos sistemas que os modulam. A vida cotidiana passa a ser estruturada por métricas, notificações e índices de engajamento, consolidando uma cultura da performance contínua. Entendida como o processo pelo qual decisões, preferências, interações e trajetórias existenciais passam a ser mediadas por sistemas algorítmicos, a algoritmização da vida produz efeitos que transcendem o campo tecnológico e atingem diretamente a constituição subjetiva. Nesse cenário, a Logoterapia e a Análise Existencial de Viktor Frankl oferecem categorias teóricas fundamentais para problematizar tal fenômeno, sobretudo por meio dos conceitos de vazio existencial e sentido da vida, vejamos.

Contribuições da Logoterapia e Análise Existencial no contexto da Algoritmização da Vida

Antes de darmos continuidade às reflexões centrais deste texto, apresentamos brevemente as ideias principais das proposituras teóricas de Viktor Emil Frankl que se desenvolve como Análise Existencial e como Logoterapia, na medida em que se concentra em uma cosmovisão de pessoa e no espaço psicoterapêutico com suas implicações, nas quais Frankl ressalta a importância de dois aspectos cruciais: uma compreensão do ser humano e uma perspectiva sobre o mundo.

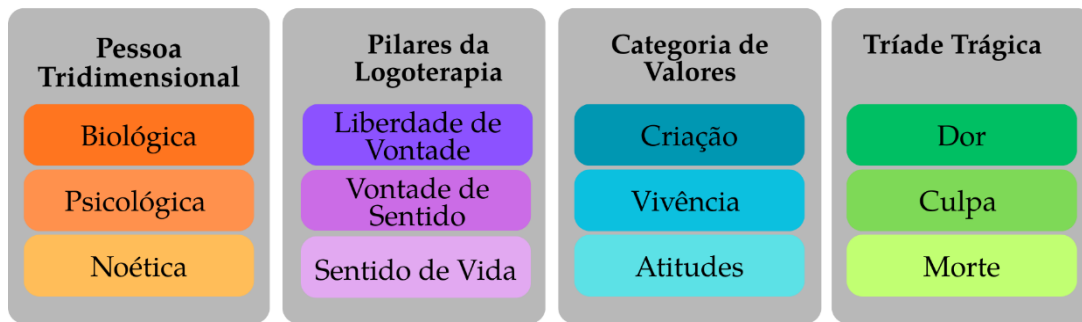
Os temas do vazio existencial e do sentido da vida na Logoterapia não são formulações abstratas, mas como categorias enraizadas na trajetória biográfica e intelectual de Viktor Frankl. Desde a juventude, em Viena, Frankl já demonstrava interesse pelas questões últimas da existência humana, dialogando criticamente com a psicanálise freudiana e com a psicologia individual de Adler. Todavia, foi sobretudo a experiência nos campos de concentração nazistas que consolidou sua convicção de que a motivação primária do ser humano não é a busca de prazer ou de poder, mas a busca de sentido. Ao constatar que aqueles que encontravam um “porquê” para viver eram mais capazes de suportar o sofrimento extremo, Frankl reconheceu empiricamente a centralidade da vontade de sentido como força estruturante da existência (Frankl, 2011).

No período pós Segunda Guerra Mundial, ao sistematizar sua proposta teórica, Frankl identificou no humano de sua época um fenômeno que denominou “vazio existencial”. Conforme argumenta, o vazio decorre da dupla perda de referenciais que caracteriza a modernidade: diferentemente do animal, o homem não é guiado por instintos determinantes, e, diferentemente das gerações passadas, já não é orientado de modo estável pela tradição (Frankl, 2011). Tal condição produz sentimentos de tédio, desorientação e falta de propósito, que se expressam clinicamente em neuroses noogênicas. O vazio existencial, portanto, não se reduz a um quadro psicopatológico individual, pois se revela como uma crise antropológica mais ampla, na qual a ausência de sentido compromete a estrutura motivacional do sujeito (Frankl, 2011).

Paralelamente, o sentido da vida foi desenvolvido por Frankl como categoria ontológica e ética fundamental da Análise Existencial. Em sua perspectiva, o sentido não é mera projeção subjetiva, mas algo a ser descoberto e realizado na concretude das situações, inclusive nas circunstâncias marcadas pela dor, pela culpa e pela morte (Frankl, 2022). A vida, afirma o autor, conserva um sentido potencial sob quaisquer condições, cabendo ao indivíduo assumir, com liberdade e responsabilidade, uma atitude diante das interpelações da existência (Frankl, 2011; 2022). Desse modo, vazio existencial e sentido da vida tornam-se eixos estruturantes de uma antropologia que reconhece o ser humano como unidade bio-psico-espiritual, capaz de autotranscendência e orientado para a realização de valores singulares e irrepetíveis.

Para uma aproximação ao tema, percebemos que a organização do pensamento frankliano em tríades expressa a coerência interna e a profundidade de sua antropologia existencial, pois cada tríade revela uma dimensão estrutural do ser humano e de sua busca de sentido. As tríades a seguir expressam a estrutura dinâmica e espiritual da existência humana e revelam que, para Frankl, o ser humano é um ser de sentido, cuja plenitude se realiza na liberdade responsável, na abertura ao outro e na superação criadora do sofrimento. A seguir, ilustramos, na Figura 1, as quatro tríades fundamentais da malha conceitual de Frankl.

Figura 1: Tríades do pensamento frankliano.



Fonte: Vasconcelos (2025).

A primeira tríade constitui a visão de pessoa tridimensional, compreendendo o ser humano como unidade e totalidade integrada de corpo (dimensão biológica), psique (dimensão psicológica) e espírito (dimensão noética). Essa tridimensionalidade rompe com qualquer reducionismo, seja biologicista, psicologista ou sociologista, e fundamenta a ideia de que o homem é um ser espiritual, livre e responsável, capaz de autodistanciamento e autotranscendência (Frankl, 2022). Na segunda tríade, com os três pilares da Logoterapia, organiza o sistema teórico de Frankl: liberdade da vontade, vontade de sentido e sentido da vida. A liberdade da vontade indica a capacidade humana de escolher sua atitude frente às circunstâncias; a vontade de sentido expressa o impulso existencial de buscar um propósito que transcenda o próprio eu; e o sentido da vida revela a convicção de que toda situação contém um sentido a ser descoberto.

A terceira tríade corresponde às três categorias de valores: valores de criação, valores de vivência e valores de atitude. Os primeiros se realizam por meio do trabalho e da produção; os segundos, através do amor, da arte e da experiência; e os últimos, na forma como o indivíduo enfrenta o sofrimento inevitável, conferindo-lhe sentido. Por fim, a Tríade Trágica sintetiza a visão de Frankl sobre a condição humana: dor, culpa e morte. São inevitabilidades existenciais que, em vez de conduzirem ao desespero, podem se converter em oportunidades de crescimento e transcendência. Assim, a dor pode tornar-se realização, a culpa transformação, e a morte, afirmação da responsabilidade diante da vida.

Como dito, a antropologia dimensional de Viktor Frankl sustenta que o ser humano constitui uma unidade bio-psico-noética, contudo, embora possua dimensões distintas, a pessoa não é soma de partes, mas totalidade indivisível e irrepetível. A dimensão noética, especificamente, garante a irreduzibilidade do sujeito às suas determinações biológicas e psicológicas. É nela que se radicam a liberdade, a responsabilidade e a capacidade de autotranscendência. Quando a lógica algorítmica fragmenta o sujeito em dados correlacionáveis, ela opera uma redução implícita: a interioridade é substituída por exterioridade mensurável; a singularidade é convertida em padrão estatístico. A pergunta que emerge, então, é se essa decomposição digital compromete a própria compreensão da pessoa como unidade espiritual. Se o humano é capturado apenas enquanto comportamento previsível, o que resta da decisão livre? Se a subjetividade é antecipada por cálculo probabilístico, como preservar a dignidade da escolha?

Ancorados na compreensão de que o ser humano é, antes de tudo, um ser em busca de sentido, para Frankl (1978), a vida jamais deixa de ter sentido, mesmo diante do sofrimento, da dor ou das limitações impostas pelas circunstâncias, pois sempre subsiste a possibilidade de uma atitude livre e responsável. Frankl (2011) enfatiza que o sentido não é algo criado subjetivamente, nem imposto de fora, mas descoberto na relação singular do indivíduo com o mundo. Essa concepção confere à Logoterapia um caráter profundamente ético e existencial, ao reconhecer que cada pessoa é convocada a responder às perguntas

que a vida lhe dirige. Assim, a questão fundamental não é o que o indivíduo espera da vida, mas o que a vida espera dele em cada situação concreta.

O sentido da vida, é sempre singular, concreto e situacional. Frankl (2008) rejeita a ideia de um sentido universal e abstrato, afirmando que cada situação da vida encerra uma possibilidade única de sentido que pode ser realizado por meio de valores criativos, valores vivenciais, e valores atitudinais (Frankl, 2011). O sentido da vida não é uma construção arbitrária da subjetividade, mas uma dimensão objetiva da existência, à qual o ser humano responde de maneira responsável (Batthyány; Lukas, 2022). A Logoterapia e Análise Existencial propõem uma compreensão realista do sentido, afastando-se tanto do relativismo extremo quanto de concepções deterministas. O sentido existe como possibilidade concreta, mas sua realização depende da resposta de cada pessoa à vida.

A sociedade contemporânea digital intensifica condições estruturais que favorecem esse vazio. A substituição de critérios axiológicos por métricas algorítmicas (curtidas, engajamento, visibilidade) pode deslocar a busca de sentido para formas de validação externa. Frankl (2011) advertia que a modernidade produz carência instintiva e quebra da tradição, fatores que contribuem para o esvaziamento existencial. Atualmente, a algoritmização radicaliza esse cenário ao substituir referências simbólicas densas por fluxos contínuos de estímulos personalizados. Ao converter a pessoa em perfil, a governança algorítmica reorganiza a experiência humana segundo uma lógica relacional na qual as conexões valem mais do que a interioridade. O sujeito torna-se ponto em rede, nó em grafo, variável em modelo preditivo. O que se perde nesse processo é a privacidade e a densidade existencial da experiência.

Destacamos que a interioridade constitui condição ontológica para a escuta do sentido, pois é no espaço do recolhimento que o sujeito pode confrontar-se com as interpelações da existência e discernir, de modo responsável, a direção de sua própria vida. A experiência do sentido não se impõe como ruído externo, uma vez que exige silêncio, suspensão da dispersão e abertura reflexiva. Contudo, a cultura da exposição permanente, intensificada pelas dinâmicas digitais de visibilidade e validação contínua, compromete essa dimensão interior. Quando o sujeito é constantemente convocado a mostrar-se, a reagir e a produzir presença pública, o espaço do recolhimento torna-se rarefeito. A reflexão cede lugar à reação imediata, e a consciência que demanda tempo, ponderação e responsabilidade diante do mundo e do outro, pode ser substituída por respostas impulsivas moldadas pela lógica do reconhecimento e do engajamento. Assim, a erosão da interioridade é um fenômeno psicológico e um deslocamento ético-existencial que fragiliza a capacidade humana de discernir e realizar sentido.

O sentido, categoria existencial que exige profundidade, direção e responsabilidade, corre o risco de ser substituído por sucesso quantificável. A lógica da otimização contínua intensifica a comparação permanente, a ansiedade por validação e o esgotamento psíquico. O sujeito, convertido em empreendedor de si mesmo, passa a explorar a própria vida como projeto de performance. Nesse cenário, a algoritmização organiza dados, modula expectativas, induz comportamentos e redefine critérios de valor.

O problema filosófico-existencial que se impõe é se tal racionalidade amplia o vazio existencial ao substituir a busca de sentido pela busca de performance. Se o sentido implica resposta singular às interpelações da vida, a cultura da métrica tende a deslocar essa pergunta para outra: “Como performar melhor?” Em vez de “Para quê viver?”, pergunta-se “Como otimizar?”. A diferença é sutil, mas decisiva. Quando o horizonte existencial é capturado por indicadores de sucesso, a vida pode tornar-se eficiente e, ao mesmo tempo, desprovida de direção. O vazio existencial, nesse contexto, surge da saturação de estímulos sem profundidade. Assim, a fragmentação digital e a cultura do desempenho desafiam a unidade da pessoa e interpelam a própria possibilidade de uma existência orientada por sentido, recolocando com urgência a necessidade de uma antropologia que resguarde a interioridade, a liberdade e a singularidade irrepetível do ser humano (Lukas, 1989).

Pode-se, assim, problematizar se a algoritmização da vida contemporânea não estaria operando um deslocamento silencioso da vontade de sentido para uma vontade de visibilidade. Na medida em que as plataformas digitais organizam a experiência segundo métricas de exposição e reconhecimento, o horizonte existencial corre o risco de ser reconfigurado: viver passa a significar aparecer; realizar-se passa a equivaler a ser visto. A busca por reconhecimento digital pode funcionar como compensação simbólica diante do vazio existencial, oferecendo estímulos imediatos e validações episódicas. Contudo, tais reforços não respondem à pergunta pelo “para quê” da existência, uma vez que apenas produzem alívio momentâneo.

Quando o valor da existência é medido por curtidas, seguidores e índices de engajamento, o sentido deixa de ser buscado na realização de valores objetivos e passa a ser condicionado ao olhar do outro. Essa dinâmica produz uma heterodeterminação sutil: o sujeito acredita agir livremente, mas orienta suas escolhas segundo expectativas implícitas de aprovação social e por aquilo que o algoritmo direciona. Nessa lógica, a liberdade interior tende a enfraquecer-se, pois o eixo da decisão desloca-se do compromisso ético para a adaptação performativa. Conforme adverte Lukas (1989), quando o sentido é substituído por gratificações compensatórias e superficiais, o vazio existencial não é superado, mas mascarado, podendo inclusive intensificar-se em contextos de aparente hiperconectividade e reconhecimento público.

No plano antropológico, Viktor Frankl sustenta que o ser humano é essencialmente um ser de transcendência. Como afirma de modo categórico, a autotranscendência constitui a essência da existência humana (Frankl, 2011). A vida se orienta para algo que a ultrapassa. A existência humana é, portanto, estruturada por uma tensão dinâmica em direção ao sentido, que se encontra sempre além de si mesmo. Batthyány e Lukas (1989) dialogam que, quando essa dimensão é negligenciada, a existência tende a tornar-se autorreferencial, favorecendo o narcisismo, a ansiedade e o esvaziamento de sentido.

Elisabeth Lukas reforça essa perspectiva ao afirmar que o ser humano adocece existencialmente quando perde a capacidade de se comprometer com algo que dê direção à sua vida (Lukas, 1989). Para a autora, a saúde existencial está diretamente relacionada à capacidade de assumir responsabilidades, estabelecer vínculos significativos e orientar a vida por valores que confirmam sentido à existência. Essa compreensão amplia o alcance da Logoterapia, mostrando sua relevância no campo clínico, educacional, social e cultural.

Batthyány e Lukas (2022) assinalam que a perda da autotranscendência implica uma redução da existência à autorreferencialidade. Quando o sujeito deixa de orientar-se para tarefas, valores e alteridades concretas, sua experiência torna-se centrada na própria imagem e na manutenção de uma identidade projetada. No contexto das redes digitais, essa redução manifesta-se na autopromoção contínua e na construção de versões idealizadas de si, frequentemente dissociadas da experiência vivida. Tal dissociação fragiliza a relação consigo mesmo, pois a identidade passa a depender da performance e da manutenção de coerência com a persona digital. A Logoterapia, ao contrário, recoloca a existência na direção da responsabilidade e da resposta singular às interpelações da vida. Ao reafirmar que o sentido se realiza na abertura ao outro e na concretização de valores, oferece um horizonte ético capaz de reorientar o sujeito também no ambiente digital, deslocando-o da busca de validação para o compromisso com aquilo que verdadeiramente o transcende.

Na contemporaneidade marcada pela algoritmização da experiência e pela delegação crescente das decisões a sistemas técnicos, aguçar a consciência torna-se tarefa antropológica urgente. Para Viktor Frankl, “a consciência é o órgão do sentido” (Frankl, 2011, p. 62), isto é, a instância por meio da qual o ser humano capta o significado singular inscrito em cada situação concreta. Diferentemente do cálculo algorítmico, que opera por correlações estatísticas e previsões probabilísticas, a consciência realiza uma apreensão qualitativa e axiológica da realidade. Ela não calcula tendências, pois discerne valores. Nesse sentido, fortalecer a consciência significa recuperar a capacidade de perceber o apelo ético presente nas

circunstâncias, evitando que a existência seja conduzida apenas por sugestões automatizadas e por lógicas de desempenho exterior.

A relevância dessa dimensão torna-se ainda mais evidente quando se reconhece que, para Frankl, o ser humano é dotado de *Gewissen*³, uma consciência ética enraizada na dimensão espiritual, que o capacita a identificar valores e a assumir responsabilidade diante deles (Frankl, 2011). Essa consciência é mais do que um raciocínio instrumental, visto que é uma forma de percepção profunda do que a vida espera de nós (Frankl, 2022). Em uma cultura que oferece continuamente conteúdos personalizados e trajetórias pré-sugeridas, a tentação é substituir o discernimento pela adesão passiva às recomendações do sistema. Contudo, do ponto de vista existencial, o sentido não pode ser programado nem entregue como produto, já que ele deve ser descoberto e realizado na relação responsável com o mundo. Nas palavras de Frankl, “o sentido não pode ser dado, deve ser encontrado” (Frankl, 2022, p. 48)

Além disso, como destaca Daniele Bruzzone ao interpretar a tradição fenomenológica em diálogo com a Logoterapia, “a percepção do sentido não é um ato meramente cognitivo, mas envolve a dimensão afetiva e valorativa da experiência” (Bruzzone, 2023, p. 30, nossa tradução). A consciência, enquanto órgão do sentido, articula razão e emoção na captação da relevância existencial das situações. Em um ambiente digital saturado de estímulos, notificações e métricas de visibilidade, o risco é distração e atrofia dessa capacidade interior de discernimento. Aguçar a consciência, portanto, implica cultivar espaços de interioridade, silêncio e reflexão crítica, de modo que o sujeito permaneça como autor de suas respostas. Trata-se de preservar a liberdade para responder ao chamado singular da existência, reafirmando que, mesmo em meio à cultura da automatização, a decisão ética continua sendo irredutivelmente humana.

Considerações Finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem afirmar que a algoritmização da vida é um fenômeno tecnológico e uma racionalidade estruturante do capitalismo digital, capaz de reorganizar práticas sociais, formas de poder e modos de subjetivação. Ao articular governança algorítmica, psicopolítica e cultura do desempenho, evidenciou-se que o controle contemporâneo não opera, prioritariamente, por repressão, mas por modulação, antecipação e incentivo à performance contínua. Nesse cenário, a experiência humana corre o risco de ser progressivamente traduzida em dados, métricas e probabilidades, deslocando o eixo existencial da pergunta pelo sentido para a lógica da otimização e da visibilidade.

Entretanto, a crítica à algoritmização da vida não implica uma postura tecnofóbica ou um rechaço simplista das tecnologias digitais. Conforme discutido, o problema central não reside na técnica em si, mas na forma como o ser humano se posiciona diante dela. À luz da Logoterapia e da Análise Existencial, a vida em rede pode constituir-se também como espaço legítimo de realização de sentido, desde que orientada por valores. As tecnologias digitais podem favorecer valores criativos, ao ampliarem possibilidades de produção e expressão; valores vivenciais, ao potencializarem encontros e experiências culturais; e valores atitudinais, quando o sujeito assume postura ética e responsável diante dos desafios e sofrimentos próprios do ambiente digital.

³ O termo alemão *Gewissen*, utilizado por Viktor Frankl, é usualmente traduzido como “consciência, com significado ontológico mais amplo, pois trata-se da instância espiritual (*noética*) que permite ao sujeito apreender intuitivamente o sentido singular de cada situação concreta, funcionando como um verdadeiro “órgão do sentido” (*Sinnorgan*). Diferentemente de uma consciência entendida como mera interiorização de normas sociais, o *Gewissen* orienta a decisão responsável diante das exigências da existência, constituindo o fundamento da liberdade e da responsabilidade humanas (Ver Frankl, 2011).

A contribuição específica da Logoterapia e Análise Existencial consiste em oferecer uma antropologia que resiste à redução do humano à previsibilidade estatística. Ao afirmar a unidade bio-psico-noética da pessoa, a autotranscendência como essência da existência e a consciência como órgão do sentido, recolocamos no centro do debate a liberdade responsável como núcleo da dignidade humana. Em contraste com a lógica algorítmica, que opera por correlação e antecipação, a existência humana permanece aberta à decisão singular. Assim, mesmo em contextos de intensa modulação digital, o sujeito conserva a capacidade de responder às interpelações da vida de modo livre e ético.

Por fim, diante do risco de ampliação do vazio existencial na sociedade digital, a redescoberta do sentido como tarefa ética revela-se condição indispensável para a formação humana contemporânea. Se a algoritmização tende a substituir o “para quê viver?” pelo “como performar melhor?”, a reflexão existencial reinscreve a pergunta fundamental sobre o sentido da vida. A maior eficiência técnica não levará à superação do vazio, mas pela reorientação da existência em direção a valores, responsabilidade e autotranscendência. Nesse horizonte, a formação crítica, o letramento digital e o cultivo da interioridade configuram-se como caminhos necessários para que a vida em rede se converta em um campo de realização humana.

Referências

BATTHYÁNY, Alexander; LUKAS, Elisabeth. **Logoterapia e análise existencial**. São José dos Campos/SP: Busca Sentido Editora, 2022.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. **MATRIZES**, v. 12, n. 2, 2018, p. 165-191. Disponível em: [10.11606/issn.1982-8160.v12i2p165-191](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p165-191). {hal-03226064}

FRANKL, Viktor Emil. **Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia**. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FRANKL, Viktor Emil. **Psicoterapia e sentido da vida**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FRANKL, Viktor Emil. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicação da logoterapia**. [tradução Ivo Sturdart Pereira]. – Ed. Ampl, incluindo o posfácio “A desguruficação da logoterapia”. – São Paulo: Paulus, 2011. Coleção Logoterapia.

FRANKL, Viktor Emil. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRANKL, Viktor Emil. **Sobre o sentido da vida**. Tradução de Vilmar Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GONÇALVES, Jeferson Moreira. Algoritmização da vida: do controle ao desempenho psicopolítico dos usuários. In: **ABCIBER XIII-Simpósio Nacional da ABCIBER 2020**. 2021. <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber13/paper/viewPaper/1436>

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LÁZARO, Eliane Ribeiro; MEDEIROS, Luciano Frontino. **Inteligência Artificial na Educação: Desafios e Implicações Éticas para o Ambiente Escolar**. https://www.researchgate.net/profile/Eliane-Lazaro/publication/372159331_Inteligencia_Artificial_na_Educacao_Desafios_e_Implicacoes_Eticas_para_o_Ambiente_Escolar/links/64a70911c41fb852dd573fd2/Inteligencia-Artificial-na-Educacao-Desafios-e-Implicacoes-Eticas-para-o-Ambiente-Escolar.pdf

LUKAS, Elisabeth. **Logoterapia**: a força desafiadora do espírito. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

PINTO, Simã Catarina de Lima. A algoritmização da vida intensificada pela pandemia da Covid-19. **Informação em Pauta**, v. 7, n. 1, p. 1, 2022.

ROUVROY, Antoinette. **Of data and men**: fundamental rights and freedoms in a world of *Big Data*. Council of Europe Report, 2016.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation. **Réseaux**, n. 177, p. 163–196, 2013.

VASCONCELOS, Tatiana Cristina. **Entre diferenças e o que nos faz iguais**: a pessoa com autismo(s) a partir da antropologia de Viktor Frankl. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Logoterapia e Saúde da Família) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba/CEPELOGI, Campina Grande-PB, 2025.